

Encceja 2022: probabilidades de aprovação no Nordeste nas disciplinas de História, Geografia (fundamental) e Ciências Humanas e suas Tecnologias (médio)

*Amanda Kelle de SOUSA¹
Francisco do Ó LIMA JÚNIOR²
Silvana Nunes de QUEIROZ³*

RESUMO

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, criado em 2002, se insere nas políticas de Educação de Jovens e Adultos para reduzir assimetrias. O presente trabalho objetiva analisar as probabilidades de aprovação dos participantes do ENCCEJA 2022, na região Nordeste, com foco nas provas de História e Geografia aos que buscam certificação no Ensino Fundamental, e em Ciências Humanas e suas Tecnologias para aqueles que almejam a certificação no Ensino Médio. Recorreu-se a dados secundários do INEP, referentes ao perfil dos candidatos (sexo, idade, estado civil, frequência escolar regular, emprego remunerado, local de residência e se tem filhos menores de 18 anos) para compreender a influência desses aspectos na taxa de sucesso. Explorou-se a influência de tais variáveis e teve como abordagem metodológica o Modelo Logístico (Logit). Observou-se a sensibilidade do ENCCEJA no que concerne ao sexo, idade, localização geográfica e a experiência educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. ENCCEJA. Nordeste. Taxa de Sucesso.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPECO) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista CAPES. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana (PPGERU) na Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: amandacrato2011@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3396-3214> .

² Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana (PPGERU) na Universidade Regional do Cariri (URCA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PLANDITES/UERN). Pesquisador com Bolsa de PDS-CNPQ. E-mail: lima.junior@urca.br; ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6049-3893>.

³ Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana (PPGERU) na Universidade Regional do Cariri (URCA). Professora no Programa de Pós-Graduação em Demografia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGDem/UFRN). E-mail: silvana.queiroz@urca.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7295-3212> .

Encceja 2022: probability of approval in the Northeast in the subjects of History, Geography (fundamental) and Human Sciences and their Technologies (secondary)

*Amanda Kelle de SOUSA
Francisco do Ó LIMA JÚNIOR
Silvana Nunes de QUEIROZ*

ABSTRACT

The National Exam for Certification of Youth and Adult Skills, created in 2002, is part of the Youth and Adult Education policies aimed at reducing asymmetries. This study aims to analyze the probabilities of approval of ENCCEJA 2022 participants in the Northeast region, focusing on the History and Geography exams for those seeking certification in Elementary Education, and in Human Sciences and their Technologies for those aiming at certification in High School. Secondary data from INEP were used, regarding candidates' profiles (gender, age, marital status, regular school attendance, paid employment, place of residence, and whether they have children under 18) to understand the influence of these aspects on the success rate. The influence of these variables was explored using the Logistic Model (Logit) as the methodological approach. The sensitivity of ENCCEJA regarding gender, age, geographical location, and educational experience was observed.

KEYWORDS: Youth and Adult Education. ENCCEJA. Northeast. Success Rate.

Encceja 2022: probabilidades de aprovação en el Nordeste en las asignaturas de Historia, Geografía (educación básica) y Ciencias Humanas y sus Tecnologías (educación media)

*Amanda Kelle de SOUSA
Francisco do Ó LIMA JÚNIOR
Silvana Nunes de QUEIROZ*

RESUMEN

El Examen Nacional para la Certificación de Competencias de Jóvenes y Adultos, creado en 2002, se enmarca en las políticas de Educación de Jóvenes y Adultos para reducir asimetrías. El presente trabajo tiene como objetivo analizar las probabilidades de aprobación de los participantes del ENCCEJA 2022 en la región Noreste, enfocándose en las pruebas de Historia y Geografía para quienes buscan la certificación en la Educación Básica, y en Ciencias Humanas y sus Tecnologías para aquellos que aspiran a la certificación en la Educación Secundaria. Se utilizaron datos secundarios del INEP, referentes al perfil de los candidatos (sexo, edad, estado civil, asistencia escolar regular, empleo remunerado, lugar de residencia y si tienen hijos menores de 18 años) para comprender la influencia de estos aspectos en la tasa de éxito. Se exploró la influencia de tales variables y se adoptó como enfoque metodológico el Modelo Logístico (Logit). Se observó la sensibilidad del ENCCEJA respecto al sexo, edad, ubicación geográfica y la experiencia educativa.

PALABRAS CHAVE: Educación de Jóvenes y Adultos. ENCCEJA. Noreste. Tasa de Éxito.

Introdução

A origem histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, como a conhecemos hoje, é uma resposta aos desafios educacionais que têm raízes no período colonial, não sendo, portanto, um fenômeno dessa época. Contudo, ela só foi formalmente estabelecida como uma parte essencial da Educação básica depois que a Constituição Federal de 1988 foi aprovada e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional entrou em vigor em 1996. Essa modalidade de ensino é voltada para jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir sua educação na idade considerada apropriada. A EJA se apresenta como um instrumento importante para facilitar a inclusão, tanto no setor educacional quanto no social (OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO, INSTITUTO UNIBANCO, 2023).

No entanto, é perceptível que existe uma preocupação com a mudança do perfil do público-alvo atendido pela EJA, onde não remete apenas a uma questão de especificidade etária, mas à questão de especificidade cultural. Essas mudanças no perfil do público reflete um cenário educacional mais amplo e diversificado, exigindo respostas educacionais igualmente abrangentes e adaptativas (Oliveira, 2001; Pierro e Haddad, 2015).

Nesse contexto, surge o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA, implementada em 2002. O exame é uma avaliação destinada a aferir o conhecimento de jovens e adultos, inserido no esforço nacional de aumentar os níveis de escolaridade. O Brasil já conduzia, desde 1999, processos de certificação para adultos no exterior, com foco nos brasileiros residentes no Japão, através de uma colaboração com a Secretaria de Educação do Paraná. Essa iniciativa é vista como um passo crucial que precedeu o estabelecimento do ENCCEJA (BRASIL, 2000). Essa ação pioneira destaca o esforço contínuo do país para expandir as oportunidades educacionais além de suas fronteiras.

Esse esforço encontra respaldo nas ideias de Paulo Freire (1989), que destacou a importância da educação popular no Brasil. Segundo Freire, a essência da educação popular no Brasil, desde suas raízes históricas, tem sido marcada por um esforço contínuo para assegurar o direito à educação. Essa abordagem está intrinsecamente ligada aos variados movimentos de educação popular que surgiram ao longo da história brasileira.

Nesse contexto, as reflexões de Brandão (2004) ganham relevância, ao enfatizar que as estratégias de desenvolvimento devem abranger todos os aspectos da sociedade e da economia de uma região, tratando-a como um sistema integrado. Isso implica realizar ações coordenadas dentro

dessas áreas geográficas com o objetivo de diminuir as diferenças econômicas e sociais entre diferentes regiões do país. Ao se considerar as políticas públicas direcionadas à redução de disparidades, principalmente no ambiente da educação, tal abordagem evidencia não somente a relevância de estratégias de combate à desigualdade entre áreas mais e menos desenvolvidas, mas também reforça a capacidade de escalas mais locais no controle do seu desenvolvimento. No entanto, é preciso reconhecer que, embora programas e ações como o ENCCEJA represente uma alternativa de certificação para jovens e adultos com trajetórias escolares interrompidas, ele também carrega contradições.

Por tratar-se de um exame padronizado, ele tende a desconsiderar as realidades territoriais e socioculturais dos sujeitos, reduzindo a complexidade do direito à educação a uma lógica avaliativa que privilegia o desempenho individual. Essa perspectiva pode obscurecer os fatores estruturais que historicamente excluem esses sujeitos da escola formal. Portanto, entender as dinâmicas regionais e educacionais e suas multiescalaridades sob essa perspectiva crítica pode fornecer percepções mais profundas e comprometidas com a justiça social, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas na área da educação.

Esta pesquisa parte de uma perspectiva crítica sobre as políticas de Educação de Jovens e Adultos, entendendo que o acesso à certificação formal não pode ser dissociado das condições históricas, sociais e territoriais dos sujeitos atendidos pelo ENCCEJA. Ao articular resultados de análises quantitativas intermediadas pelo modelo logístico com reflexões teóricas baseadas em autores como Paulo Freire, Brandão e Caldart, busca-se compreender as formas que variáveis socioeconômicas e demográficas operam como expressões de desigualdades estruturais que afetam as trajetórias educacionais dos participantes.

Para tanto, adotamos uma perspectiva crítica inspirada na pedagogia freireana e em abordagens emancipadoras da educação, que orientam a análise dos dados não apenas de forma descritiva, mas como expressão de desigualdades estruturais e de contradições das políticas educacionais. Com isso, o estudo assume uma abordagem que combina a objetividade dos dados com o compromisso político-educacional e pedagógico de leitura crítica da realidade, alinhando-se a uma visão emancipadora da educação.

Assim, o objetivo desse estudo é analisar as probabilidades de aprovação dos participantes do ENCCEJA 2022, na região Nordeste, com foco nas provas de História e Geografia aos que buscam certificação no Ensino Fundamental, e em Ciências Humanas e suas Tecnologias para aqueles que almejam a certificação no Ensino Médio. Para tanto, faz-se uso de informações do ENCEJA/INEP, e

Encceja 2022: probabilidades de aprovação no Nordeste nas disciplinas de História, Geografia (fundamental) e Ciências Humanas e suas Tecnologias (médio) de variáveis como sexo, faixa etária, estado civil, se frequentou escola regular, se possui emprego remunerado, local de residência dos candidatos e se tem filhos menores de 18 anos, para compreender como esses aspectos influenciam nas taxas de sucesso nas provas mencionadas. Ao investigar esse período específico, o estudo visa fornecer uma visão clara do panorama recente da educação para jovens e adultos na região Nordeste.

Nesse sentido, esse estudo pretende responder as seguintes questões: "Qual é a probabilidade de aprovação de candidatos da região Nordeste nas provas de História e Geografia no Ensino Fundamental, e Ciências Humanas e suas Tecnologias no Ensino Médio no ENCCEJA 2022. Além disso, procura-se saber como as variáveis escolhidas nesse estudo influenciam essas probabilidades? Ou melhor, a pesquisa explora como tais variáveis influenciam as chances de sucesso dos candidatos, revelando possíveis barreiras educacionais enfrentadas por grupos específicos. Para responder tais questões, faz-se uso do Modelo Logístico (Logit), que é uma técnica estatística usada para modelar a probabilidade de ocorrência de um evento. O modelo é aplicado principalmente em situações onde a variável dependente é dicotômica, ou seja, assume apenas dois possíveis resultados (por exemplo, sucesso ou fracasso, sim ou não, 1 ou 0). A base do modelo logístico é a função logit, que é o logaritmo da razão de chances (odds ratio) de ocorrência do evento em questão (Hosmer Jr. et al., 2013)

Os resultados desse estudo são fundamentais para sugerir políticas educacionais e intervenções práticas, visando melhorar as taxas de aprovação no ENCCEJA e, consequentemente, contribuir para a redução das desigualdades educacionais no Nordeste. É um esforço para entender e abordar os desafios da educação de jovens e adultos, garantindo que o ENCCEJA atenda eficazmente ao seu propósito de certificação de competências.

Além dessa introdução, o trabalho conta com mais quatro seções. A segunda contextualiza, brevemente, a evolução da EJA e do ENCCEJA. A terceira destaca os procedimentos metodológicos para alcançar os objetivos propostos, enquanto a quarta aborda os resultados e discussão das informações. Por último, a quinta seção traz as considerações finais do estudo.

Breves Considerações sobre a EJA e o ENCCEJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA): breve histórico

Desde as primeiras iniciativas no século XIX e início do século XX, focadas principalmente em campanhas de alfabetização para libertos e escolas noturnas para trabalhadores, até os movimentos mais organizados e legislações específicas, a trajetória da EJA reflete um constante

esforço de adaptação às necessidades educacionais brasileiras. Após 1945, o cenário educacional brasileiro foi marcado por um impulso significativo no campo da Educação de Jovens e Adultos, especialmente influenciado pelas ideias de Paulo Freire. Durante as décadas de 1950 e 1960, emergiram diversas campanhas e movimentos populares que impulsionaram a EJA, contribuindo para a luta por políticas públicas e oferecendo educação a quem não teve a chance de estudar na idade convencional. Entre esses destacam-se o Movimento de Cultura Popular (MCP) em Recife (1960), a Campanha "De Pé no Chão se Aprende a Ler" em Natal (1961), a Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR, 1962), o Movimento de Educação de Base (MEB, 1961) e o revolucionário Sistema de Alfabetização de Paulo Freire, iniciado com a experiência em Angicos em 1963. Esses movimentos enfatizaram a alfabetização e a conscientização política, redefinindo a EJA. A consolidação formal da EJA como componente do sistema educacional brasileiro foi estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, representando um marco significativo na história da educação do país (Aranha e Martins, 2009).

Outro marco importante aconteceu no início dos anos de 1990, com o Movimento de Alfabetização (MOVA), originado em São Paulo, durante o mandato de Luíza Erundina como prefeita, tendo Paulo Freire atuando como Secretário Municipal de Educação (1989-1991). O MOVA tinha como foco a alfabetização, considerando o contexto socioeconômico dos indivíduos visava envolvê-los ativamente em seu próprio processo educativo. (INSTITUTO PAULO FREIRE, 2013).

Nesse sentido, a EJA, conhecida anteriormente no Brasil como educação supletiva, tem uma trajetória intrinsecamente ligada às políticas educacionais e às transformações sociais do país. Sua origem formal pode ser traçada até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9.394, em 1996, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos, parecer nº 11/2000. A LDB de 1996 foi a primeira legislação brasileira a abordar de forma ampla a educação nacional, estabelecendo as diretrizes para todos os níveis de ensino, incluindo a educação de adultos (BRASIL, 1996).

Nas décadas iniciais do século XXI, a EJA continuou a expandir e diversificar, com programas governamentais como o Programa Brasil Alfabetizado e o EJA Integrado à Educação Profissional, buscando ampliar o acesso e integrar educação profissional. A inclusão digital e a educação à distância também ganharam destaque, facilitando o acesso e a aprendizagem por meio de tecnologias. A EJA está disponível tanto na modalidade presencial quanto na Educação a Distância (EAD), abrangendo desde o ensino fundamental até o médio. O formato presencial da EJA pode ser ministrado ao longo do ano inteiro, similar ao ensino regular, ou pode ser organizado semestralmente,

Encceja 2022: probabilidades de aprovação no Nordeste nas disciplinas de História, Geografia (fundamental) e Ciências Humanas e suas Tecnologias (médio) com cada semestre equivalendo a um ano letivo, conforme estabelecido no Parecer CNE/CEB 1/2021 (BRASIL, 2021).

Portanto, a EJA representa uma vertente educacional dedicada a corrigir um legado de dívidas sociais, direcionada a indivíduos que, ao longo da história, sofreram com desigualdades sociais e regionais e, conseqüentemente, não tiveram oportunidades adequadas de educação formal. Em linha com essa visão, o papel da EJA é tríplice: atua como um mecanismo de reparação, de promoção da igualdade e de qualificação profissional e pessoal (BRASIL, 2000).

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA): breve trajetória

O ENCCEJA foi estabelecido em 14 de agosto de 2002, conforme determinado pela Portaria nº. 2.270 do Ministério da Educação. De acordo com essa portaria, o ENCCJA serve como uma “ferramenta de avaliação destinada a medir as competências e habilidades de jovens e adultos, abrangendo os níveis do Ensino Fundamental e Médio, conforme descrito no Artigo 2º” (BRASIL, 2002).

Segundo Catelli, Gesi e Serrão (2013), a origem do ENCCEJA remonta à década de 1990, um período marcado pelo início das avaliações em massa no Brasil, iniciadas com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Esse exame atendia especificamente à necessidade de certificar brasileiros vivendo fora do país, com um enfoque particular no Japão. Desde 1999, o Ministério da Educação, através do INEP, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Paraná, já realizava tal certificação.

O Governo Federal esclarece que o ENCCEJA foi inicialmente criado para oferecer uma alternativa mais robusta aos exames supletivos dos estados, que na época eram vistos como deficientes em termos técnicos e pedagógicos. Ademais, uma das finalidades do ENCCEJA era também contribuir como combate ao comércio ilegal de diplomas, conforme apontado por Serrão (2014).

O ENCCEJA, desde sua criação em 2002, teve uma trajetória marcada por várias interrupções. O exame foi realizado pela primeira vez no ano de sua criação, mas não ocorreu em 2003 e 2004, um hiato atribuído a desavenças entre as diversas esferas do governo, conforme esclarecido pelo INEP. Em 2005, com a entrada de Tarso Genro no Ministério da Educação, houve uma retomada do exame. No entanto, essa retomada não representou um período sem obstáculos para o ENCCEJA. Em 2009, apesar das inscrições estarem abertas, o exame não foi realizado. A edição planejada para 2010 foi

adiada, ocorrendo apenas no início de 2011. Além disso, houve outra suspensão do exame em 2012 (Catelli Júnior; Haddad; Ribeiro, 2014).

A partir da década de 2010, o contexto de reformas educacionais alinhadas a uma lógica neoliberal passou a influenciar diretamente os rumos da educação básica e, por extensão, da EJA e do ENCCEJA. A promulgação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabeleceu o teto de gastos públicos, impactou significativamente o financiamento de políticas sociais e educacionais. Nesse cenário, observa-se uma tendência de responsabilização individual do fracasso escolar e da flexibilização do currículo, em detrimento de abordagens estruturais e emancipadoras.

A implementação do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), com foco na flexibilização curricular e itinerários formativos, acentuou ainda mais essa perspectiva. Ao privilegiar trajetórias formativas alinhadas ao mercado e reduzir a carga horária de disciplinas da formação geral, criou-se um ambiente propício ao crescimento da demanda por exames de certificação, como o ENCCEJA, por parte de jovens que se sentem excluídos do ensino regular. Ademais, segundo Soares (2020) com o estabelecimento de um teto para os gastos com políticas sociais por vinte anos, conforme estipulado pela Emenda Constitucional nº 95/2016, implica em restrições significativas ao financiamento de serviços públicos essenciais, afetando diretamente o bem-estar social e a qualidade da educação. Esta perspectiva evidencia a importância de avaliar as consequências a longo prazo dessas políticas de austeridade. No ano seguinte, em 2017, o ENCCEJA retomou sua importante função de certificar a conclusão do ensino médio. Essa retomada não apenas deu ao exame uma maior visibilidade, mas também ampliou seu alcance. O ENCCEJA passou a atrair um público mais diversificado, incluindo jovens que haviam abandonado a escola, estudantes do ensino médio que estavam atrasados em relação à sua faixa etária e aqueles matriculados em programas da EJA.

Essa expansão no perfil dos candidatos ao ENCCEJA refletiu-se no aumento significativo do número de inscrições entre 2017 e 2019. Esse crescimento evidencia uma tendência em que estados e municípios passaram a considerar o exame como uma ferramenta educacional fundamental, destinada não somente aos jovens fora do sistema escolar, mas também aos adultos trabalhadores que buscam validar suas competências educacionais (Fernandes e De Alvarenga, 2020).

Nesse contexto, o ENCCEJA emerge como uma clara manifestação do impacto das políticas governamentais na educação, proporcionando oportunidades educacionais e profissionais para jovens e adultos. Essa iniciativa governamental atende a uma necessidade específica na educação, exemplificando a implementação prática de políticas públicas no setor. Assim, a história do ENCCEJA vai além de relatar sua evolução e os desafios operacionais enfrentados, ela destaca o

Encceja 2022: probabilidades de aprovação no Nordeste nas disciplinas de História, Geografia (fundamental) e Ciências Humanas e suas Tecnologias (médio) papel significativo do exame na promoção de uma educação inclusiva e acessível, e requer ir além da certificação e reforçando a importância das políticas públicas na transformação estrutural da educação.

Assim sendo, é importante problematizar esse papel com base em olhares analíticos mais qualitativos. O ENCCEJA, criado em 2002, emergiu em um contexto de crescente flexibilização das políticas educacionais, já sob forte influência de diretrizes neoliberais. Embora o discurso oficial o apresente como uma oportunidade de “segunda chance” para jovens e adultos que não concluíram a educação básica, de diferentes setores da sociedade civil e da educação pública manifestaram resistências desde sua origem. Entidades organizadas como o Fórum Nacional de Educação de Jovens e Adultos (Fórum EJA), sindicatos da educação como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), além de pesquisadores críticos da área como Haddad e Di Pierro (2000) e Frigotto (2015), denunciaram o risco de transformar um direito social em uma política de certificação desvinculada de um processo educativo contínuo, emancipador e humanizador.

Por ser um exame padronizado, o ENCCEJA tende a desconsiderar os contextos de inserção social e territorial específicos marcados por disparidades, os trajetos interrompidos pela precarização da vida e as múltiplas formas de saber dos sujeitos populares historicamente atravessados por fracasso escolar, evasão e exclusão. Há muito mais uma aproximação do que Paulo Freire (1970) denominou como “educação bancária”, um modelo de ensino mecânico, desumanizado e prescritivo, em que os estudantes são vistos como recipientes vazios a serem preenchidos com conteúdo pronto, ignorando sua história, cultura e experiência de vida. Em um cenário de aprofundamento das reformas educacionais como o Novo Ensino Médio e a implementação dos itinerários formativos, cresce a preocupação de que essas mudanças, ao fragmentarem ainda mais o currículo e reduzir a centralidade da formação geral, empurrem novos contingentes de estudantes para fora da escola regular, agravando os desafios e a exclusão educacional dos que mais precisam da escola como espaço de reconhecimento e emancipação.

Metodologia

Fontes de Dados e Variáveis Utilizadas

O artigo avança na sua investigação sobre o ENCCEJA como uma política educacional, utilizando os microdados públicos do programa para o ano de 2022, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Concentramo-nos especificamente nos dados do ENCCEJA Nacional Regular, que incluem informações detalhadas sobre os participantes, o tipo de certificação desejada, o local de realização das provas e outros dados pertinentes. Com essas informações analisamos as probabilidades de aprovação nas provas de História e Geografia para o Ensino Fundamental e Ciências Humanas e suas Tecnologias para o Ensino Médio, focando nos candidatos que realizaram as provas na Região Nordeste, em 2022.

Embora a presente pesquisa se valha de instrumentos estatísticos, essa escolha metodológica não se limita a um viés tecnicista, mas visa articular evidências quantitativas a uma análise crítica, permitindo identificar padrões de exclusão que refletem desigualdades estruturais profundas. Essa articulação entre técnica e crítica está em consonância com os pressupostos teórico-metodológicos de Paulo Freire (1970 e 1989) e Frigotto (2015).

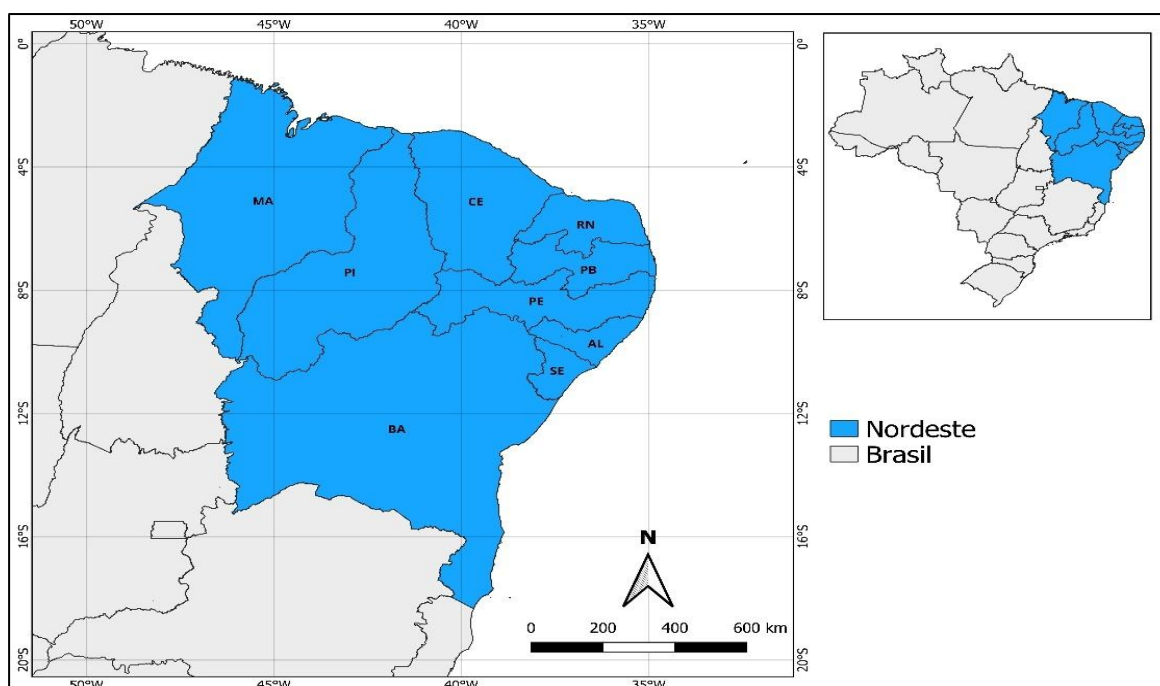
Estudar essas áreas são essenciais para a base educacional, oferecendo aos estudantes conhecimentos cruciais sobre o mundo, sua cultura, sociedade e ambiente, aspectos especialmente relevantes na rica diversidade cultural e histórica do Nordeste. Além disso, a escolha por essas áreas reflete uma resposta direta aos desafios específicos de acesso e qualidade da educação enfrentados pela região, que impactam no desempenho educacional. A análise focada pode revelar lacunas no sistema educacional que precisam ser abordadas, contribuindo para a formulação de políticas públicas e intervenções educacionais mais eficazes e direcionadas. Este enfoque não só visa melhorar a qualidade da educação, mas também promover a equidade, garantindo que os estudantes do Nordeste tenham oportunidades educacionais comparáveis às outras regiões, alinhando-se às necessidades específicas e ao contexto regional.

Para refinar a análise, foram selecionadas variáveis como sexo, faixa etária, estado civil, localização (zona rural ou zona urbana), histórico de educação formal, emprego remunerado e a presença de filhos menores de 18 anos. Heckman (2011), no seu trabalho sobre a economia da desigualdade, argumenta que o entendimento dessas variáveis é crucial para o desenvolvimento de políticas educacionais eficazes que possam melhorar os resultados educacionais e econômicos, especialmente através do investimento na educação. Esse enfoque não apenas ilumina as barreiras enfrentadas por estudantes de diferentes ‘backgrounds’, mas também destaca o potencial de intervenções precoces para promover igualdade de oportunidades e diminuir as desigualdades regionais existentes no país em vários aspectos, inclusive, em termos educacionais.

Recorte Geográfico

O Nordeste foi selecionado por apresentar características distintas em termos de desenvolvimento educacional, econômico e demográfico em relação às demais regiões do país. A Figura 1 ilustra o mapa da região que é composta por nove estados, sendo eles Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Figura 1. Mapa da Região Nordeste do Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores com base no Sistema de Coordenadas Geográficas, IBGE 2022.

A região Nordeste, conforme dados do IBGE de 2022, é a segunda mais populosa do país, com uma população estimada em aproximadamente 54,6 milhões de habitantes. Geograficamente, esta região ocupa uma área total de cerca de 1.552.175,419 km², posicionando-se de maneira estratégica no território brasileiro.

Método de Análise

Na pesquisa em foco investiga-se as probabilidades de aprovação nas provas de História e Geografia para o Ensino Fundamental e Ciências Humanas e suas Tecnologias para o Ensino Médio, dos candidatos da região Nordeste. Para realizar a análise, foi optado pelo uso do Modelo Logístico

(Logit), uma escolha metodológica fundamentada na natureza dos dados e nos objetivos específicos do estudo.

A formulação do modelo logístico (logit) pode ser estruturada da seguinte forma:

$$\log\left(\frac{p_i}{1-p_i}\right) = \beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \beta_2 X_{2i} + \dots + \beta_n X_{ni}$$

Onde:

- p_i representa a probabilidade de um candidato i ser aprovado na prova.
- $\log\left(\frac{p_i}{1-p_i}\right)$ é o logito ou logaritmo das odds (chances) de aprovação.
- β_0 é o intercepto do modelo, ou seja, o logito quando todas as variáveis independentes são 0.
- $\beta_1, \beta_2 \dots \beta_n$ são os coeficientes do modelo, representando o efeito de cada variável independente $X_1, X_2, \dots, X_n$ sobre a probabilidade de aprovação, em termos de logito.
- $X_{1i}, X_{2i}, \dots, X_{ni}$ são as variáveis independentes que podem incluir a região de realização da prova (Nordeste), sexo, faixa etária, e outras características relevantes dos candidatos apontadas acima.

Cada coeficiente β pode ser interpretado como a mudança no logito de aprovação para uma unidade de mudança no componente independente correspondente, mantendo todas as outras variáveis constantes. Essa formulação permite estimar a influência de cada atributo independente sobre a probabilidade de um candidato ser aprovado na prova, considerando a presença de outras variáveis no modelo. A manipulação dos dados foi realizada com o software R. Conforme destacado por Sassi (2012), o R é altamente eficaz e constantemente aprimorado, tornando-se essencial para programadores e analistas de dados.

Resultados e Discussão

Estudantes do Ensino Fundamental Matriculados no ENCCEJA

A Tabela 1 apresenta um panorama das características demográficas e socioeconômicas de 3.430 estudantes do ensino fundamental matriculados no ENCCEJA em 2022, na região Nordeste, especificamente nas provas de História e Geografia, em busca de sua certificação. Conforme apontam Haddad e Di Pierro (2000), e Di Pierro (2005), esses participantes da EJA e, por consequência, do ENCCEJA, são majoritariamente oriundos das classes populares e possuem trajetórias marcadas por exclusão escolar, trabalho precoce e condições materiais adversas, que limitam tanto o acesso quanto à permanência na escola regular.

Encceja 2022: probabilidades de aprovação no Nordeste nas disciplinas de História, Geografia (fundamental) e Ciências Humanas e suas Tecnologias (médio)

Para esses sujeitos, as escolhas profissionais raramente são de fato escolhas, mas caminhos impostos por uma estrutura social de vulnerabilidades que, como observa Souza (2022), naturaliza as posições sociais inferiores e invisibiliza as barreiras que moldam a vida das camadas populares desde a infância.

Ao observar o ENCCEJA sob este prisma, é válido reaver a proposição metodológica e ideológica de Paulo Freire (2014; 2014), ao criticar a lógica domesticadora da escola tradicional, defende uma educação que reconheça os educandos como sujeitos históricos, inacabados e capazes de transformar sua realidade. Quando o sistema educacional prioriza a certificação padronizada em detrimento de uma formação crítica e contextualizada, reforça desigualdades já enraizadas.

Quanto à análise da Tabela 1, a variável TP_SEXO, utilizada em bases de dados institucionais como as do INEP e do IBGE, segue a convenção de codificação padronizada. O prefixo TP_ refere-se à expressão "tipo de", sinalizando que a variável representa uma característica qualitativa codificada de forma padronizada. A análise dessa variável revela uma predominância do sexo feminino, que corresponde a 75,86% dos registros. Por sua vez, o Censo Escolar 2020 revela que as mulheres constituem a maioria das docentes em todos os níveis da educação básica no Brasil, com percentuais que variam de 57,8% no ensino médio a 96,4% na educação infantil. Além disso, no ENCCEJA de 2020, as mulheres representaram 54,9% dos mais de 1,7 milhão de inscritos no país. No ano de 2022 o Censo escolar revela que 56,7% do total de inscrições do país são mulheres, enquanto 43,3% são homens. Esses dados reforçam a predominância feminina no ambiente educacional brasileiro.

Tabela 1. Características Demográficas e Socioeconômicas – Alunos do Ensino Fundamental Matriculados no ENCCEJA – Região Nordeste – 2022

Categoria	Nº Absoluto	Porcentagem %
TP_SEXO	3.430	100,00
Masculino	828	24,14
Feminino	2.602	75,86
FAIXA_ETARIA	3.430	100,00
Menor de 17 anos a 25 anos	1.892	55,16
26 anos a 35 anos	642	18,72
36 anos a 45 anos	566	16,50
46 anos a 55 anos	279	8,13
56 anos a mais de 70 anos	51	1,49
ESTADO_CIVIL	3.430	100,00
Casado	780	22,74
Não Casado	2.650	77,26
FREQUENTOU_ESCOLA_REGULAR	3.430	100,00
Sim	2.828	82,45
Não	602	17,55
EMPREGO_REMUNERADO	3.430	100,00
Sim	1.707	49,77
Não	1.723	50,23
LOCAL	3.430	100,00
Zona Rural	589	17,17
Zona Urbano	2.841	82,83

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do ENCCEJA/INEP.

Ademais, observa-se uma concentração de jovens na faixa etária de 17 a 25 anos (55,16%). Esse resultado pode ser justificado nos estudos de Brunel (2004), que ressalta que isso é amplamente atribuída às falhas do sistema educacional tradicional. Problemas como repetência, evasão escolar e baixo desempenho em avaliações nacionais levam muitos jovens a buscar alternativas para completar a sua formação. Essa tendência reflete a dificuldade do sistema regular em atender às diversas necessidades educacionais, levando jovens a optar por vias alternativas que promovam uma certificação mais acessível e adequada às suas necessidades.

No que tange à educação, há uma elevada taxa de acesso, com 82,45% dos participantes tendo frequentado a escola regular. No entanto, apenas 49,77% dos estudantes estão inseridos no mercado de trabalho remunerado. De acordo com Carrano (2000), a elevação do nível de escolaridade é fundamental para ampliar as oportunidades dos jovens acessarem empregos formais, resultando em melhorias significativas em suas condições de trabalho e na qualidade de vida. Neste contexto, o ENCCEJA tem se revelado como um instrumento essencial, permitindo que esses jovens obtenham certificação de maneira mais ágil e, conseqüentemente, melhorem suas condições laborais e padrão de vida.

Encceja 2022: probabilidades de aprovação no Nordeste nas disciplinas de História, Geografia (fundamental) e Ciências Humanas e suas Tecnologias (médio)

Em termos de habitação, a tendência é claramente urbana, com 82,83% residindo em zonas urbanas. Respalhando esse resultado, Santos e Santos (2018) em sua pesquisa ressaltam que a maior parte dos participantes do ENCCEJA no Brasil em 2018 e 2019, do Ensino Fundamental, estava concentrada em áreas urbanas, com 88,3% e 87,4%, respectivamente. A compreensão dessas disparidades é crucial para desenvolver políticas educacionais que equilibrem as oportunidades educacionais em todo o país, promovendo uma sociedade mais justa.

A Tabela 2 ilustra o tipo de certificação solicitada pelo participante, especificamente do Ensino Fundamental, no Nordeste, em 2022, e detalha os achados de um modelo de regressão logit. Esse modelo é utilizado para analisar os determinantes associados ao sucesso em uma avaliação, considerando múltiplas variáveis, conforme apontado na metodologia.

O coeficiente positivo e significativo para TP_SEXO, a variável sexo tem um efeito positivo na probabilidade da variável dependente. O efeito é moderadamente forte, dado o tamanho do coeficiente. Sugere que ser do sexo feminino está associado a um aumento na log-odds de alcançar o resultado de interesse que é aprovação nas provas de História e Geografia para o Ensino Fundamental em comparação ao sexo masculino. Assim, o sexo influencia as chances de alcançar o resultado de interesse, com os homens tendo menos probabilidade em comparação com as mulheres.

Tabela 2. Regressão Logit com Coeficientes – Ensino Fundamental – Região Nordeste – 2022

Variável Independente	Coeficiente	Erro Padrão	Significância
TP_SEXO	0.2349**	(0.1148)	**
FAIXA_ETARIA	0.0497***	(0.0103)	***
ESTADO_CIVIL	-0.2234**	(0.1130)	**
FREQUENTOU_ESCOLA_REGULAR	0.2044*	(0.1202)	*
EMPREGO_REMUNERADO	0.0323	(0.0895)	
LOCAL	0.3086***	(0.1093)	***
F_MENORIDADE	0.0237	(0.0960)	
Constant	0.6712***	(0.2005)	***
Observações	3,210		
Logaritmo da Verossimilhança	-1,654.1730		
Critério de Informação de Akaike	3,324.3460		

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do ENCCEJA/INEP.

Segundo a pesquisa de Bertrand et al., (2015), sobre disparidade de gênero no mercado de trabalho e educação, as normas culturais e as expectativas sociais moldam diferencialmente os resultados para homens e mulheres. Essas dinâmicas culturais e expectativas podem ser essenciais para compreender as disparidades observadas em avaliações escolares entre meninos e meninas. A

tendência de os indivíduos do sexo masculino apresentarem maiores chances de reprovação, como indicado pela pesquisa de Osti e Martinelli (2014), está relacionada ao desempenho acadêmico no Ensino Fundamental. Nesse estudo, os meninos demonstraram um desempenho abaixo das expectativas em comparação com as meninas, embora não tenham diferenças significativas em desempenho positivo.

A faixa etária tem um efeito positivo significativo e consistente na probabilidade da variável dependente. O erro padrão pequeno reforça a estabilidade dessa estimativa. A característica FAIXA_ETARIA demonstra que, em geral, ser mais velho está associado a uma probabilidade ligeiramente menor de aprovação, mantendo constantes todas as outras variáveis no modelo. Isso pode refletir uma variedade de fatores, como diferenças na experiência de vida, prioridades ou disponibilidade de tempo para estudar, que tendem a variar com a idade. Este cenário se conecta diretamente com a análise de Di Pierro et al., (2001), que identifica uma tendência de juvenilização na educação dos anos 1990, evidenciando um crescente interesse de jovens em alternativas educacionais. Essa inclinação reflete uma resposta tanto às exigências do mercado de trabalho quanto às limitações do ensino regular, marcando uma demanda por sistemas educacionais capazes de se ajustar às necessidades diversificadas de sua clientela.

O coeficiente de 0.2044 para FREQUENTOU_ESCOLA_REGULAR, que alcança significância estatística ao nível de 10% (indicado por um asterisco *), indica que aqueles que frequentaram escola regular tendem a ter uma maior probabilidade de serem aprovados nas provas do ENCCEJA. Este resultado é respaldado por estudos que destacam a importância da assiduidade escolar para o desempenho acadêmico, mostrando que o absenteísmo está consistentemente associado a um desempenho mais fraco entre os estudantes, particularmente em contextos socioeconômicos variados (Economic Policy Institute, 2020). A frequência regular não só prepara os alunos com o conteúdo necessário, mas também promove hábitos de estudo e disciplina essenciais para o sucesso em avaliações padronizadas, como é o caso do ENCCEJA. A consistência na frequência às aulas é crucial para potencializar os resultados acadêmicos e aumentar as chances de sucesso em exames nacionais e outras avaliações importantes.

Com o coeficiente positivo e significativo para a variável LOCAL indica que a localização geográfica (urbana vs. rural) tem um efeito significativo nas chances de alcançar o resultado de interesse, com os indivíduos em zonas urbanas apresentando uma probabilidade maior em comparação com aqueles em zonas rurais. A presença de uma infraestrutura mais robusta em áreas urbanas, em contraste com um contexto em que ainda há precariedade das escolas do campo,

Encceja 2022: probabilidades de aprovação no Nordeste nas disciplinas de História, Geografia (fundamental) e Ciências Humanas e suas Tecnologias (médio) evidencia uma política educacional historicamente excludente, que reforça a marginalização dos sujeitos do campo e desconsidera suas especificidades. Esse modelo de desenvolvimento nega ao campo o direito à permanência com dignidade e, mais ainda, o direito a uma educação de qualidade enraizada no seu território. Como aponta Caldart (2000), a Educação do Campo não deve ser vista como mera extensão da educação urbana, mas sim como um projeto político-pedagógico próprio, construído a partir das lutas dos povos do campo, que valorize seus saberes, culturas, tempos e modos de vida.

A leitura desses resultados, portanto, não deve ser descolada das condições históricas que limitam a permanência de sujeitos do campo na escola. O ENCCEJA, ao desconsiderar essas especificidades, reforça uma concepção padronizada de avaliação que desvaloriza saberes locais e territórios periféricos.

Assim, é preciso romper com a lógica que impõe aos camponeses a necessidade de migração para os centros urbanos como condição para acessar uma educação considerada “de qualidade”. Essa ideia apenas perpetua uma hierarquia territorial e epistemológica que inferioriza o campo e fortalece processos de desterritorialização. Para Caldart (2009), a Educação do Campo deve ser pensada como comprometida com a emancipação social, capaz de fortalecer os sujeitos e os territórios camponeses, ao invés de desarticulá-los. Trata-se, portanto, de garantir uma escola que não apenas esteja no campo, mas que seja do campo, comprometida com seus projetos de vida e com a transformação das desigualdades históricas que afetam esses territórios.

A Tabela 3 apresenta os dados como razões de chance obtidas de uma regressão logit. As razões de chance são uma forma de quantificar a força da associação entre as variáveis independentes e a variável dependente em termos de chances relativas. Para o indicador TP_SEXO, a razão de chance de 1.2648 significa que, para cada aumento na unidade no sexo, as chances de o evento de interesse ocorrer é 26,48%.

Tabela 3. Regressão Logit com Razão de Chance - Ensino Fundamental - Região Nordeste 2022

Variável	Razão de Chance (Odds Ratio)
(Intercept)	1.9565
TP_SEXO	1.2648
FAIXA_ETARIA	1.0510
ESTADO_CIVIL	0.7998
FREQUENTOU_ESCOLA_REGULAR	1.2268
EMPREGO_REMUNERADO	1.0329
LOCAL	1.3615
F_MENORIDADE	1.0240

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do ENCCEJA/INEP.

O estudo de Mueller e D'Onofrio (2018) aborda como as atitudes escolares, incluindo a autoeficácia e a valorização da escola, variam entre meninos e meninas, impactando diretamente suas chances de sucesso acadêmico. O estudo revela que as meninas tendem a demonstrar maior autoeficácia e a valorizar mais a escola, características que contribuem positivamente para o seu desempenho nas provas de História e Geografia da ENCCEJA. Essas descobertas sugerem que as atitudes escolares são determinantes cruciais no desempenho acadêmico e desempenham um papel significativo nas disparidades de desempenho entre os sexos. Reconhecer e abordar essas disparidades atitudinais pode ser uma estratégia efetiva para nivelar entre meninos e meninas, especialmente em contextos de exames como o da ENCCEJA.

Para FAIXA_ETARIA, uma razão de chance de 1.0510 sugere que, para cada aumento na unidade da faixa etária, as chances de o evento de interesse ocorrer diminuem em cerca de 5,10%. De acordo com um estudo da GL Assessment (2020), alunos mais jovens estão fortemente correlacionados com um melhor desempenho acadêmico em várias disciplinas. O estudo sugere que a juventude pode ser uma vantagem em contextos educacionais, visto que estudantes mais novos tendem a ter melhores resultados em provas devido, em parte, as suas habilidades de leitura aprimoradas.

Frequentar escola regular aumenta a chance de aprovação em 22.68% em relação àqueles que não frequentaram. Para corroborar com o resultado, o estudo de Martin-Chang et al., (2011), sugere que alunos em ambientes escolares estruturados tendem a apresentar melhores resultados em avaliações acadêmicas. Isso pode ser interpretado como um indicativo de que a frequência em escolas regulares pode aumentar as chances de aprovação em exames acadêmicos.

A razão de chance de 1,3615 para a variável LOCAL implica que, se 1 representa a zona urbana e 0 a zona rural, então viver na zona urbana aumenta as chances de o evento de interesse ocorrer em 36,15% em comparação com viver na zona rural. Segundo Van Maarseveen (2021), crianças que crescem em ambientes urbanos são mais propensas a atingir níveis superiores de instrução em comparação com aquelas em áreas rurais. Este estudo sugere que a densidade populacional e o ambiente urbano oferecem vantagens significativas em termos de acesso à educação de qualidade e, conseqüentemente, melhores resultados em testes e exames acadêmicos.

Esses dados estatísticos reforçam a evidência de que o ambiente urbano, de fato, oferece vantagens concretas no desenvolvimento educacional, como apontado por Van Maarseveen (2021). No entanto, é fundamental interpretar tais resultados à luz das desigualdades estruturais entre campo e cidade, compreendendo que esses diferenciais não são naturais, mas historicamente construídos. As

Encceja 2022: probabilidades de aprovação no Nordeste nas disciplinas de História, Geografia (fundamental) e Ciências Humanas e suas Tecnologias (médio) diferenças observadas entre as estruturas escolares urbanas e rurais evidenciam desafios históricos no atendimento educacional no campo, especialmente no que se refere ao acesso, permanência e valorização da população rural. Nesse sentido, destaca-se a importância da Educação do Campo como uma proposta que busca assegurar uma formação de qualidade, articulada com os modos de vida e os saberes das comunidades rurais.

Conforme destaca Hage (2005), a lógica tradicional da educação rural tende a reproduzir uma concepção urbano-cêntrica, que desqualifica o meio rural e os conhecimentos dos sujeitos que nele vivem, tratando-os como limitados. Essa abordagem, ao ignorar as realidades e experiências dos camponeses, contribui para sua marginalização e para o fortalecimento do ciclo de migração campo-cidade. A Educação do Campo, ao contrário, propõe uma ação emancipatória, que reconhece os sujeitos do campo como protagonistas de sua própria aprendizagem, valorizando suas identidades, histórias e territórios.

Estudantes do Ensino Médio Matriculados no ENCCEJA

A Tabela 4 oferece uma visão estatística da quantidade de alunos do Ensino Médio matriculados no ENCCEJA, na região Nordeste, em 2022, que almejam a certificação nas provas de Ciências Humanas e suas Tecnologias. O total foi de 45.965 alunos, com um número bem acima (3.430) do total de inscritos na certificação no Ensino Fundamental (Tabela 1), nas provas de História e Geografia.

Nota-se uma prevalência da população jovem, com quase metade (53,36%) situando-se na faixa etária menor de 17 a 25 anos. Carvalho (2009) destaca que essa inserção significativa de jovens na EJA é um reflexo dos desafios impostos pelas deficiências do sistema educacional. Problemas como evasão e repetência escolar contribuem para a defasagem idade-série, levando muitos jovens a buscar na EJA uma alternativa para completar sua formação básica ou a se voltarem para exames como o ENCCEJA, que oferece uma via de certificação rápida e oficial. Adicionalmente, a necessidade de obtenção de certificação escolar para entrar ou progredir no mercado de trabalho motiva muitos a retornarem à escola, enfrentando, no entanto, desafios como o acesso e a falta de motivação. Portanto, essa prevalência de jovens pode ser vista como uma resposta direta às necessidades e obstáculos enfrentados por essa faixa etária dentro do contexto educacional.

Tabela 4. Características Demográficas e Socioeconômicas, Alunos do Ensino Médio Matriculados no ENCCEJA – Região Nordeste – 2022

Categoria	Nº Absoluto	Porcentagem %
TP_SEXO	45.965	100,00
Masculino	20.750	45,14
Feminino	25.215	54,86
TP_FAIXA_ETARIA	45.965	100,00
Menor de 17 anos a 25 anos	24.527	53,36
26 anos a 35 anos	12.524	27,25
36 anos a 45 anos	6.004	13,06
46 anos a 55 anos	2.504	5,45
56 anos a mais de 70 anos	406	0,88
ESTADO_CIVIL	45.965	100,00
Casado	9.077	19,75
Não casado	36.888	80,25
FREQUENTOU_ESCOLA_REGULAR	45.965	100,00
Sim	44.219	96,20
Não	1.746	3,80
EMPREGO_REMUNERADO	45.965	100,00
Sim	17.649	38,39
Não	28.316	61,61
LOCAL	45.965	100,00
Zona Rural	7.168	15,69
Zona Urbano	38.797	84,41

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do ENCCEJA/INEP.

A predominância do estado civil não casado na amostra, representando 80,25%, pode ser respaldada por fatores sociais e econômicos que também influenciam outras áreas da vida, como a escolaridade. A pesquisa de Ferreira e Martinelli (2016) sobre o perfil do desempenho dos estudantes da EJA, destaca que responsabilidades familiares, especialmente a constituição de família, são razões significativas para o abandono escolar, mais comuns entre mulheres. Esses fatores incluem mudanças significativas na dinâmica pessoal e familiar, podem afetar não só o estado civil, mas também a continuidade nos estudos e o desempenho em avaliações educacionais. Portanto, entender a composição familiar e civil dos participantes ajuda a identificar barreiras potenciais ao desempenho acadêmico e à participação em programas educacionais como o ENCCEJA.

Uma parcela substancial, 96,20%, teve acesso à educação formal. Dias, Montiel e Seabra (2015) constataram que, além das habilidades auditivas, competências de leitura, como reconhecimento de palavras, compreensão auditiva, correção de palavras regulares e irregulares, e mudanças semânticas, avaliadas pelo Teste de Competência de Leitura de Palavras e Não Palavras no ensino fundamental, estão significativamente relacionadas ao desempenho escolar. Dessa forma, a educação formal pode ser justificada pela importância desse acesso para o desenvolvimento de habilidades essenciais que influenciam positivamente o desempenho acadêmico.

Encceja 2022: probabilidades de aprovação no Nordeste nas disciplinas de História, Geografia (fundamental) e Ciências Humanas e suas Tecnologias (médio)

Em relação à distribuição geográfica, a esmagadora maioria reside em zona urbana, representando 84,41% da população em análise. Corroborando com esse resultado, Santos e Santos (2018), ressaltam que a maior parte dos participantes do ENCCEJA no Brasil, em 2018 e 2019, do Ensino Médio, estava concentrada em áreas urbanas, com 90,1% e 89,2%, respectivamente. Sendo assim, compreender como os participantes estão distribuídos geograficamente pode moldar as decisões e formular estratégias eficazes para promover a igualdade no acesso à educação.

Por sua vez, a Tabela 5 ilustra o tipo de certificação solicitada pelo participante, especificamente do Ensino Médio no Nordeste em 2022, e detalha os achados de um modelo de regressão logit.

O resultado FAIXA_ETARIA de - 0.0157* indica que, à medida que a faixa etária aumenta, a probabilidade de o evento de interesse ocorrer diminui significativamente. Mantendo todas as outras variáveis constantes, cada ano adicional na faixa etária está associado a uma redução significativa nas chances de o evento ocorrer. Portanto, quanto mais jovem o indivíduo, maior a probabilidade de o evento acontecer. Geary (2005) argumenta que jovens possuem vantagens no aprendizado de disciplinas como Ciências Humanas e suas Tecnologias devido à alta plasticidade neural e capacidade de adaptação rápida. Com o avanço da idade, essa capacidade de aprendizagem rápida e flexível pode transformar-se, o que potencialmente reduz a eficácia no aprendizado dessas disciplinas.

O resultado ESTADO_CIVIL de -0.1332***indica que ser "casado" está estatisticamente associado a uma redução significativa nas chances de ocorrência do evento de interesse em comparação com "solteiro, divorciado, viúvo e união estável". Mantendo todas as outras variáveis constantes, pessoas que são casadas têm uma probabilidade significativamente menor de experimentar o evento em comparação com aquelas que estão solteiras, divorciadas, viúvas ou em união estável. Portanto, o estado civil "casado" está associado a uma menor probabilidade do evento. Becker (2009), em sua teoria do capital humano, sugere que o estado civil pode influenciar na alocação de tempo e recursos para atividades como educação, potencialmente explicando por que indivíduos casados podem ter menor probabilidade de alcançar certos resultados educacionais, como a aprovação no ENCCEJA. Isso pode ocorrer devido às responsabilidades familiares adicionais que competem com o tempo e os recursos disponíveis para a preparação de exames.

Tabela 5. Regressão Logit com Coeficientes – Ensino Médio -Região Nordeste 2022

Variável Independente	Coeficiente	Erro Padrão	Significância
TP_SEXO	0.0806	(0.0517)	
FAIXA_ETARIA	- 0.0157*	(0.0086)	*
ESTADO_CIVIL	-0.1332***	(0.0516)	***
FREQUENTOU_ESCOLA_REGULAR	-0.5040***	(0.1160)	***
EMPREGO_REMUNERADO	-0.0067	(0.0495)	
LOCAL	0.4658***	(0.0527)	***
F_MENORIDADE	0.1658***	(0.0466)	***
Constant	1.9480***	(0.1249)	***
Observações	21,774		
Logaritmo da Verossimilhança	-7,302.5330		
Critério de Informação de Akaike	14,621.0700		

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do ENCCEJA/INEP.

A variável FREQUENTOU_ESCOLA_REGULAR tem uma associação significativa com o resultado de interesse, indicando que a experiência de educação regular tem um papel importante na probabilidade de alcançar esse resultado, como a aprovação em um exame. A variável LOCAL indica que os indivíduos que vivem na zona urbana têm uma probabilidade significativamente maior de experimentar o evento em comparação com aqueles que vivem na zona rural. Portanto, a residência na zona urbana está associada a uma maior probabilidade de ocorrência do evento. Hattie (2008), através de sua meta-análise abrangente em "Visible Learning", destaca a importância de fatores contextuais e experiências educacionais na eficácia do aprendizado. Seu trabalho sugere que a participação em educação regular e o ambiente em que o aprendizado ocorre (como áreas urbanas versus rurais) têm impactos significativos no sucesso acadêmico dos estudantes, incluindo a probabilidade de aprovação em exames. Isso justifica a observação de que tanto a frequência à escola regular quanto à localização residencial urbana estão associadas a uma maior chance de alcançar resultados educacionais positivos.

Esses achados quantitativos, reforçados pela meta-análise de Hattie (2008), evidenciam que tanto a frequência à escola regular quanto o contexto urbano em que o aprendizado ocorre influenciam diretamente os resultados educacionais. No entanto, para além das associações estatísticas, é necessário compreender as causas estruturais e concretas que produzem tais desigualdades entre grupos e territórios.

A disparidade observada entre os resultados educacionais de estudantes da zona urbana e rural decorre de um histórico de restrições e insuficiência das políticas públicas voltadas à equidade territorial na educação. O investimento desigual em infraestrutura escolar, formação docente e acesso a recursos pedagógicos nas diferentes regiões do país revela uma lógica de concentração de

Encceja 2022: probabilidades de aprovação no Nordeste nas disciplinas de História, Geografia (fundamental) e Ciências Humanas e suas Tecnologias (médio) oportunidades nos centros urbanos, em detrimento do campo. Apesar de o direito à educação ser universal e garantido pela Constituição Federal de 1988, sua efetivação ainda esbarra em obstáculos materiais e simbólicos que invisibilizam as demandas das populações rurais.

Como destacam Caldart (2000) e Kolling et al. (2002), a persistente desigualdade educacional entre campo e cidade é reflexo da ausência de políticas públicas estruturantes, territorializadas e socialmente referenciadas que reconheçam o direito à educação como um direito social pleno, que deve ser garantido independentemente da localização geográfica.

Além disso, Hage (2005) argumenta que a Educação do Campo precisa superar seu caráter compensatório, assumindo um papel emancipador que valorize a identidade, os saberes e as necessidades dos sujeitos camponeses. Portanto, responder a essa disparidade exige mais do que reconhecer o problema: requer uma atuação estatal comprometida com justiça social, equidade territorial e efetivação dos direitos educacionais para todos.

Por sua vez, o fator F_MENORIDADE indica que ter dois ou mais filhos menores de idade está associado a uma probabilidade significativamente menor do evento ocorrer em comparação com ter apenas um filho menor de idade. Portanto, o número de filhos menores de idade tem uma influência negativa na probabilidade de o evento acontecer. Gary (1981), em sua análise sobre as decisões econômicas familiares, sugere que responsabilidades maiores, como ter mais filhos, podem limitar os recursos e tempo disponíveis para investimentos em atividades como educação e trabalho. Isso pode explicar porque ter dois ou mais filhos menores de idade está associado a uma menor probabilidade de alcançar determinados resultados, conforme descrito no fator F_MENORIDADE. O aumento das responsabilidades familiares pode reduzir a capacidade de investir em capital humano, afetando negativamente a probabilidade de ocorrência de certos eventos.

A Tabela 6 apresenta os dados como razões de chance obtidas de uma regressão logit do Nordeste para obtenção de solicitação de certificação do ensino médio. Para FAIXA_ETARIA, uma razão de chance de 0.9844 sugere que, para cada aumento na unidade da faixa etária, as chances da obtenção do certifica diminuem em cerca de aproximadamente 1,56%. A idade dos participantes na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um tema relevante. A "juvenilização" da EJA, conforme argumentado por Pereira e Oliveira (2018), reflete a presença significativa de pessoas jovens entre os participantes devido à distorção idade-série. No contexto do ENCCEJA, ter uma parcela mais jovem de candidatos buscando a certificação de ensino médio está alinhado com a finalidade do exame de corrigir essa distorção educacional.

Tabela 6. Regressão Logit com Razão de Chance - Ensino Médio -Região Nordeste – 2022

Variável	Razão de Chance (Odds Ratio)
(Intercept)	7.0150
TP_SEXO	1.0840
FAIXA_ETARIA	0.9844
ESTADO_CIVIL	0.8753
FREQUENTOU_ESCOLA_REGULAR	0.6041
EMPREGO_REMUNERADO	0.9933
LOCAL	1.5933
F_MENORIDADE	1.1803

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do ENCCEJA/INEP.

Uma razão de chance de 0.8753 para ESTADO_CIVIL indica que, se 1 representa não casados, em comparação com casados (0), então as chances da obtenção do certificado diminuem em cerca de aproximadamente 12,47% para solteiros, divorciados, viúvos e pessoas em união estável em comparação com casados. Esse resultado sugere que o casamento pode estar associado a uma maior probabilidade de certificação. Esse achado, no entanto, foge um pouco do que é discutido por Grossbard (2014) discute como as negociações e as alocações de recursos dentro do casamento podem afetar substancialmente as atividades individuais fora do núcleo familiar, incluindo saúde e produtividade pessoal. Essa análise pode indicar como as obrigações e as dinâmicas econômicas do casamento podem limitar certos comportamentos ou escolhas individuais, refletindo-se em diferentes aspectos da vida.

O valor de 0.6041 para FREQUENTOU_ESCOLA_REGULAR sugere que os indivíduos que não frequentaram a escola regular têm cerca de 39,59% menos chances de alcançar o evento de interesse em comparação com aqueles que frequentaram. Segundo Heckman (2006), a educação desempenha um papel crucial no desenvolvimento das habilidades necessárias para o sucesso acadêmico e econômico. Através da lente do seu estudo sobre a economia do desenvolvimento humano, pode-se inferir que frequentar escolas regulares e manter uma presença constante na educação são fundamentais para melhorar as chances de sucesso em exames e inserção em melhores ocupações no mercado de trabalho.

A razão de chance de 1.5933 para LOCAL implica que, se 1 representa a zona urbana e 0 a zona rural, então viver na zona urbana aumenta as chances da obtenção do certificado em 59,33% em comparação com viver na zona rural. É importante notar que esses desafios educacionais não se limitam ao sexo, na pesquisa de Silva e Kichow (2013) são destacadas as dificuldades enfrentadas pelos residentes de áreas rurais em comparação com seus colegas urbanos devido à necessidade de

Encceja 2022: probabilidades de aprovação no Nordeste nas disciplinas de História, Geografia (fundamental) e Ciências Humanas e suas Tecnologias (médio) percorrer longas distâncias até seus locais de aprendizado, o que reduz significativamente seu tempo disponível para estudos e atividades educacionais.

A razão de chance de 1.1803 para F_MENORIDADE indica que ter um ou dois filhos menor de idade está associado a uma diminuição de aproximadamente 18,03% na chance de o evento de interesse ocorrer em comparação com não ter filhos. De acordo com Becker (1992), a decisão de ter filhos envolve uma consideração cuidadosa dos custos e benefícios, que afeta a alocação de recursos pessoais e financeiros dos pais. A partir dessa premissa, pode-se inferir que ter um único filho menor de idade pode estar associado a uma alteração significativa nas probabilidades de determinados eventos ocorrerem, comparativamente a não ter filhos. Este entendimento é derivado da aplicação dos conceitos de Becker sobre o impacto econômico e social de decisões familiares. Nos trabalhos de Costa e Costa (2015), Ferreira (2007) e Silva (1999), destaca-se que os principais motivos para mulheres interromperem os seus estudos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) estão atrelados ao desafio de equilibrar a educação com obrigações de casa e família, com eventos como casamento e maternidade sendo especialmente influentes.

Portanto, de acordo com a definição de Rua (1998), políticas públicas podem ser entendidas como um conjunto de decisões cuidadosamente planejadas e ações estrategicamente escolhidas para sua implementação. Essas políticas são consideradas públicas devido ao seu respaldo no poder coercitivo do Estado, ao impacto significativo sobre grande número de pessoas e à sua relevância para o interesse público.

Considerações finais

Este estudo procurou revelar as variáveis/característica que influenciam as probabilidades de sucesso dos participantes do ENCCEJA 2022, na região Nordeste do Brasil. Ao analisar criteriosamente os fatores que afetam a aprovação em História e Geografia para o Ensino Fundamental e em Ciências Humanas e suas Tecnologias para o Ensino Médio, este trabalho fornece informações essenciais que podem orientar políticas educacionais, estratégias de ensino e intervenções para melhorar o desempenho dos candidatos.

Os resultados destacam a importância da equidade de gênero no acesso à educação, mostrando que ser do sexo masculino está associado a menores probabilidades de aprovação no Ensino Fundamental. Além disso, a influência da localização geográfica ressalta a necessidade de considerar abordagens diferenciadas para áreas urbanas e rurais, visando garantir igualdade de oportunidades educacionais.

A continuidade educacional emerge como fator positivo que aumentam as chances de sucesso, destacando a importância de programas de educação continuada. Surpreendentemente, a situação de estado civil não se revelou um fator determinante, ressaltando a complexidade das variáveis que afetam o desempenho educacional.

No Ensino Médio, as descobertas também oferecem pontos valiosos sobre os candidatos que buscam a certificação no Nordeste, em 2022. Ser mais jovem, não casado, e ter frequentado a escola regular e ter menos de dois filhos menores de idade são fatores que aumentam as chances de sucesso, ou melhor, obter a certificação. Ademais, residir em zonas urbanas, mais uma vez, demonstra ser um fator positivo.

Em resumo, esse estudo destaca a importância de políticas e estratégias educacionais sensíveis ao sexo, à idade, à localização geográfica e à experiência educacional. Os achados deixam uma impressão duradoura sobre a importância de garantir que todos os candidatos, independentemente do seu perfil e da região de residência, tenham oportunidades igualitárias de sucesso educacional no ENCCEJA. Mais do que um instrumento de certificação, o exame deve ser compreendido dentro das contradições que atravessam a política educacional brasileira, sendo necessário repensar seus pressupostos avaliativos à luz de uma pedagogia emancipadora e territorializada.

Referências

ARANHA, Maria Lucia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 2009.

BECKER, Gary S. A Treatise on the Family. **Population and Development Review**, v. 18, n. 3, p. 563, 1992.

BECKER, Gary S. Human capital: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education. **Chicago: University of Chicago Press**, 2009.

BERTRAND, Marianne; KAMENICA, Emir; PAN, Jessica. Gender identity and relative income within households. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 130, n. 2, p. 571-614, 2015.

BRANDÃO, Carlos. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 107, p. 57-76, 2004.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação (CNE), Câmara da Educação Básica (CEB). Parecer CEB/CNE nº 11, de 10 de maio de 2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: 04 jan. 2024.

Encceja 2022: probabilidades de aprovação no Nordeste nas disciplinas de História, Geografia (fundamental) e Ciências Humanas e suas Tecnologias (médio)

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).**

Mulheres predominam em estudos, pesquisas e exames educacionais. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/mulheres-predominam-em-estudos-pesquisas-e-exames-educacionais>.

BRASIL. MEC. CNE. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP Nº 1 de 5 de julho de 2000.**

Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2023.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96.** Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº**

11/2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB Nº 1/2021.** Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN12021.pdf?query=educacao%20escolar%20quilombola. Acesso em: 23 dez. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 5 de julho de 2000. Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos.** Diário Oficial da União, Brasília, 19 de junho de 2021.

Disponível em: portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano 153, n. 240, p. 2, 16 dez. 2016. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 29 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano 154, n. 34, p. 1, 17 fev. 2017. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13415.htm. Acesso em: 29 maio 2025.

BRUNEL, C. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola.** Editora Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, educação e saúde**, v. 7, p. 35-64, 2009.

CARVALHO, Roseli Vaz. A juventude na Educação de Jovens e Adultos: uma categoria provisória ou permanente. In: **Anais do 9º Congresso Nacional de Educação/3º Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**. 2009. p. 7804-7815.

CARRANO, P. C. R. Juventudes: as identidades são múltiplas. Movimento. **Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói**, n. 1, p. 11-26, maio 2000.

CATELLI, JR., Roberto; HADDAD, Sérgio; RIBEIRO, Vera Masagão (Orgs.). Educação de Jovens e Adultos: insumos, processos e resultados. **São Paulo: Ação Educativa**, 2014.

CATELLI JR., R.; GISI, B.; SERRÃO, L. F. S. Encceja: cenário de disputas na EJA. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 238, p. 721-744, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v94n238/a05v94n238.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2024.

COSTA, Samuel; COSTA, Angeluce. Perfil dos educandos da primeira turma do curso PROEJA-FIC do Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Araranguá-SC. **EJA em Debate**, 2015.

DI PIERRO, Maria Clara. **As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985/1999**. 2000. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Educação.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Maria Masagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos CEDES, Campinas**, v. 21, n. 55, novembro 2001.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 26, p. 1115-1139, 2005.

DIAS, Natália Martins; MONTIEL, José Maria; SEABRA, Alessandra Gotuzo. Desenvolvimento e interação entre desempenho escolar, reconhecimento de palavras e compreensão auditiva e de leitura. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 28, p. 404-415, 2015.

D'ONOFRIO, Sara et al. Fuzzy reasoning in cognitive cities: an exploratory work on fuzzy analogical reasoning using fuzzy cognitive maps. In: **2018 IEEE International Conference on Fuzzy Systems (FUZZ-IEEE)**. IEEE, 2018. p. 1-8.

ECONOMIC POLICY INSTITUTE. **Student absenteeism: Who misses school and how missing school matters for performance**. 2020. Disponível em: <https://www.epi.org/publication/student-absenteeism-who-misses-school-and-how-missing-school-matters-for-performance/>.

FERNANDES, Marcos Vinicius Reis; DE ALVARENGA, Marcia Soares. O ENCCEJA EM CONTRAPONTO. **SENPE-Seminário Nacional de Pesquisa em Educação**, v. 3, n. 1, 2020.

FERREIRA, A. A.; MARTINELLI, S. C. Estudantes da Educação de Jovens e Adultos: considerações sobre o perfil e desempenho escolar. **Educação: teoria e prática**, v. 26, n. 52, p. 312-331, 2016.

FERREIRA, Andréa Tereza Brito. Ler e escrever também é uma questão de gênero. In: Desafios da educação de jovens e adultos: Construindo práticas de alfabetização. **Belo Horizonte: Autêntica**, p. 71-88, 2007.

Encceja 2022: probabilidades de aprovação no Nordeste nas disciplinas de História, Geografia (fundamental) e Ciências Humanas e suas Tecnologias (médio)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. **São Paulo: Autores Associados; Cortez**, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Trabalho necessário**, v. 13, n. 20, p. 206-233, 2015.

GARY, S. *et al.* **A Treatise on the Family**. NBER Books, 1981.

GEARY, David C. The Origin of Mind: Evolution of Brain. **Cognition, and General Intelligence**, v. 1, 2005.

GL ASSESSMENT. **New study highlights the importance of reading to the whole school curriculum**. 2020.

GROSSBARD, Shoshana. **The marriage motive: a price theory of marriage: how marriage markets affect employment, consumption, and savings**. Springer, 2014.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista brasileira de educação**, n. 14, p. 108-130, 2000.

HAGE, Salomão. A importância da articulação na construção da identidade e pela luta da educação do campo. **Texto apresentado no I Encontro de Formação de Educadores do Campo do Nordeste Paraense, realizado em Bragança**, 2005.

HATTIE, John. Visible learning: A synthesis of over 800 meta-analyses relating to achievement. **London: Routledge**, 2008.

HECKMAN, James J. The economics of inequality: The value of early childhood education. **American Educator**, v. 35, n. 1, p. 31, 2011.

HECKMAN, James J. Skill formation and the economics of investing in disadvantaged children. **Science**, v. 312, n. 5782, p. 1900-1902, 2006.

HOSMER JR, David W.; LEMESHOW, Stanley; STURDIVANT, Rodney X. **Applied logistic regression**. John Wiley & Sons, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Áreas dos municípios**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html>. Acesso em: 28 de janeiro de 2024.

INSTITUTO PAULO FREIRE. **MOVA-Brasil 10 anos: Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos**. 2013. Disponível em: <https://paulofreire.org/32,4MB-livro-mova-brasil-10-anos.pdf>. Acesso em: 20 dez de 2023.

KOLLING, Edgar Jorge *et al.* **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. 2002.

MARTIN-CHANG, S.; GOULD, O. N.; MEUSE, R. E. O impacto da escolaridade no desempenho acadêmico: evidências de alunos que estudam em casa e que estudam tradicionalmente. **Canadian Journal of Behavioral Science / Revue canadienne des sciences du comportement**, v. 43, n. 3, p. 195-202, 2011. DOI: 10.1037/a0022697.

SOARES, L. T. Impacto da Emenda Constitucional nº 95 nas políticas sociais do Brasil. **Revista Brasileira de Economia Social**, v. 15, n. 2, p. 45-60, 2020.

OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO INSTITUTO UNIBANCO. **Educação de Jovens e Adultos: a luta pelo direito à aprendizagem**. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimidia/detalhe/educacao-de-jovens-e-adultos-a-luta-pelo-direito-a-aprendizagem>. Acesso em: 15 dez de 2023.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. In: RIBEIRO, Vera Masagão (org.). **Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras**. São Paulo: Mercado de Letras, 2001. 224 p.

OSTI, Andréia; MARTINELLI, Selma de Cássia. Academic achievement: comparative analysis by gender and student perception. **Educação e Pesquisa**, v. 40, n. 01, p. 29-47, 2014.

PEREIRA, Talita Vidal; OLIVEIRA, Roberta Avoglio Alves. Juvenilização da EJA como efeito colateral das políticas de responsabilização. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 29, n. 71, p. 528-553, 2018.

PIERRO, Maria Clara Di; HADDAD, Sérgio. Transformações nas políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. **Cadernos Cedes**, v. 35, n. 96, p. 197-217, 2015.

RUA, M. das G.; CARVALHO, M. I. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, M. das G.; CARVALHO, M. I. (Orgs.). **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília, DF: Paralelo 15, 1998.

SANTOS, Robson dos; SANTOS, Priscila Pereira. O ENCCEJA e a educação de jovens e adultos: uma análise do perfil dos participantes e dos motivos do abandono. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, v. 3, n. 4, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24109/27635139.ceppe.v3i4.4888>.

SASSI, Cecilia P. *et al.* **Modelos de regressão linear múltipla utilizando os softwares R e Statística: uma aplicação a dados de conservação de frutas**. 2012.

SERRÃO, Luis Felipe Soares. Exames para certificação de conclusão de escolaridade: os casos do Enceja e do Enem. 2014. 201 f. **Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo**, São Paulo.

Encceja 2022: probabilidades de aprovação no Nordeste nas disciplinas de História, Geografia (fundamental) e Ciências Humanas e suas Tecnologias (médio)

SILVA, C. B.; KICHOW, I. V. A transição da escola rural para a escola urbana e seus reflexos no Ensino de Matemática: um caso na cidade de Laguna Carapã. In: **ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**, 11., p. 1-7, 2013.

SILVA, V. M. da. As implicações das relações de gênero no processo de evasão da educação de jovens e adultos. 1999. 89f. **Monografia (especialização) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife**, 1999.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Civilização Brasileira, 2022.

VAN MAARSEVEEN, R. The urban–rural education gap: do cities indeed make us smarter? **Journal of Economic Geography**, v. 21, n. 5, p. 683-714, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1093/jeg/lbaa033>



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 03/02/2025
Aprovado em: 23/07/2025